

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA
PROCESSO Nº 2022/1030765

OBJETO: Processo Licitatório tem por objeto a Contratação de Empresa para Prestação de **SERVIÇO DE COBERTURA SECURITÁRIA** (seguro) de risco de acidentes pessoais de 550 (quinhentos e cinquenta) estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará, de acordo com as especificações e quantidades e demais condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DA ABERTURA: 23 de novembro de 2022

HORÁRIO: 10h00min (dez horas), horário de Brasília.

LOCAL: www.gov.br/compras ou www.compraspara.pa.gov.br

UASG: 925989

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL:

DATA: a partir do dia 10 de novembro de 2022.

LOCAL: nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br ou na Defensoria Pública do Estado do Pará, sito a Travessa Padre Prudêncio, nº. 154, 2º andar – CPL, Campina, Belém – Pará, sem custos, por meio de mídia digital.

DAS PEÇAS: Este instrumento contém:

- * Edital – Páginas, incluindo esta; 1 – 15.
- * Termo de Referência– Anexo I – Páginas; 16 – 19.
- * Modelo de Proposta de Preço – Anexo II – Páginas; 20.
- * Minuta de Contrato – Anexo III – Páginas 21– 26.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA
PROCESSO/PROTOCOLO Nº. 2022/1030765

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ torna público que realizará **licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO**, no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, processada e julgada consoante a Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019 e Lei Estadual nº. 6.474/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 534/2020, com aplicação supletiva da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como pelas condições, exigências e recomendações contidas neste Ato Convocatório.

1. DA SESSÃO PÚBLICA:

Data para recebimento de Propostas: **A partir de 10 de novembro de 2022.**

Data da Sessão Pública: **dia 23 de novembro de 2022.**

Hora: **10h00min** (Dez Horas), horário de Brasília.

Local: No site **www.comprasgovernamentais.gov.br.**

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Trata-se de serviço essencial para o cumprimento do que preceitua a norma contida nos termos do art. 9º, Inciso IV da Lei nº 11.788/08, tendo em vista cumprir o disposto no **Processo 2022/1.300.765**, referente à data limite para vigência da apólice de Seguro de Vida dos estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará.

3. DO OBJETO

3.1. Processo Licitatório tem por objeto a Contratação de Empresa para Prestação de **SERVICO DE COBERTURA SECURITÁRIA** (seguro) de risco de acidentes pessoais de 550 (quinhentos e cinquenta) estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará, de acordo com as especificações e quantidades e demais condições constantes no Termo de Referência , Anexo I deste edital.

3.1.1. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no **www.comprasgovernamentais.gov.br** ou **www.compraspara.pa.gov.br** – e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, **prevalecerão às especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.**

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, na forma eletrônica (**licitacao@defensoria.pa.def.br**), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (art. 23 do Decreto 10.024/2019 / art. 23 do Decreto Estadual nº 534/2020).

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública (art. 24 do Decreto 10.024/2019 / art. 24 do Decreto Estadual nº 534/2020), encaminhada por meio do e-mail (**licitacao@defensoria.pa.def.br**).

4.2.1. Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

4.2.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre o esclarecimento e a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do seu recebimento.

4.2.3. A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

4.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por outro meio que não o eletrônico e vencidos os respectivos prazos legais.

4.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.5. O teor das impugnações e questionamentos/esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema Compras Net, no site www.gov.br/compras, por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados.

4.6. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu no Texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação as empresas do ramo que atenderem a todas as condições do presente Edital, inclusive de seus anexos.

5.2. Empresas interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço eletrônico www.gov.br/compras na Internet.

5.2.1. As licitantes e os seus representantes legais poderão realizar o cadastro no SICAF, junto a qualquer Órgão autorizado, em até três dias úteis antes da data de realização do certame, sendo este prazo peremptório, de acordo com o Decreto nº 3.722/2001.

5.3. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, de forma virtual, em www.gov.br/compras, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

5.5. A licitante está obrigada a declarar, no sistema eletrônico, sua condição, ou não, de Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempresa – ME, ou sociedade cooperativa, que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 (art. 34 da Lei nº. 11.488/2007).

5.6. Estão impedidas de participar da presente licitação:

5.6.1. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão Eletrônico.

5.6.2. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação. A participação de empresa em recuperação judicial é possível, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a partir do procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

5.6.3. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

5.6.4. Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e/ou contratar, no âmbito do Órgão e/ou da Administração Pública, conforme o Art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666/93 e/ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Estadual ou Defensoria Pública conforme o Art. 7º da Lei nº. 10.520/02 e art. 11 da Lei Estadual nº 6.474/2002.

5.6.5. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

5.6.6. Empresas entre cujos dirigentes, diretores, sócios, responsáveis ou empregados, haja algum dirigente ou servidor da Defensoria Pública do Estado do Pará;

5.6.7. Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

5.7. Será verificado ainda, e, como condição de participação, em conformidade com o ACÓRDÃO TCU nº 1793/2011-Plenário (itens 9.5.1.5, 9.5.1.6 e 9.5.1.8):

5.7.1. A existência de registros impeditivos da contratação:

- I. No módulo SICAF do sistema SIASG;
- II. No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);
- III. No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

5.7.2. A composição societária das empresas a serem contratadas no sistema SICAF a fim de certificarem se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;

5.7.3. No Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br>), quando da habilitação de microempresa e de empresa de pequeno porte, que tenha utilizado a prerrogativa de efetuar lance de desempate, conforme Lei Complementar nº 123/2006, art. 44, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

6. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

6.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (art. 11º do Decreto 10.024/2019; art. 9º do Decreto Estadual nº 534/2020), no site: www.gov.br/compras

6.2. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 9º do Decreto Estadual nº 534/2020; art. 19 do Decreto 10.024/2019).

6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Defensoria Pública do Estado do Pará, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Decreto Estadual nº 534/2020).

6.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas no edital (Decreto Estadual nº 534/2020).

6.5. As restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal não constituem impedimento de manifestar no campo próprio o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, em se tratando de licitantes qualificados como ME ou EPP.

7. DAS PROPOSTAS DE PREÇO

7.1. As propostas deverão ser formuladas de acordo com as especificações contidas neste edital e enviadas exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, através do endereço www.gov.br/compras.

7.1.1. Os preços serão registrados no sistema eletrônico (Comprasnet) pelos licitantes com a indicação do valor global proposto para cada item.

7.1.2. O envio da proposta será efetuado pela utilização de chave de acesso e senha privativa do licitante, desde o momento da publicação do edital no Diário Oficial do Estado do Pará, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão.

7.1.2.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.1.2.2. Ocorrendo decretação de feriado que impeça a realização do certame na data marcada, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente ao ora fixado, na mesma hora e local.

7.1.3. Os custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta será de responsabilidade exclusiva do licitante.

7.1.4. Os preços propostos pelo licitante são de sua exclusiva responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração deste, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.1.4.1. Deverão ser considerados na composição do preço do objeto licitado todos os custos, aí incluídos seguros, fretes, taxas, contribuições, impostos, encargos sociais e trabalhistas e outros necessários a sua execução, devendo ter perfeita compatibilidade com os valores unitários e totais apresentados para o mesmo.

7.1.5. Toda proposta registrada terá prazo de **validade de 90 (noventa) dias**, a contar da data da sua apresentação, salvo se dela constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública, não sendo a Defensoria Pública do Estado do Pará, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive pela eventual desconexão do sistema.

7.3. O licitante deverá acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. Não será admitido no preço unitário do item, apresentado na proposta comercial escrita, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

7.5. Não serão levadas em consideração, quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas.

7.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

7.7. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

7.8. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

7.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

7.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

8. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio: www.gov.br/compras

8.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico comprasnet.

8.4. Após a abertura, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo licitante e registrado no sistema.

9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

9.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.15. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.17. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se, a licitante que não os honrar as penalidades constantes no presente Edital, exceto por motivo ou fato aceito pelo Pregoeiro, sendo que a desistência somente poderá ocorrer até a aceitabilidade da proposta.

9.17.1. O pregoeiro poderá acatar o pedido de desistência somente quando for para assegurar interesse próprio da Defensoria Pública do Estado do Pará quanto à melhor especificação do(s) produto(s) e/ou melhores condições de preço.

9.18. Os lances deverão ser ofertados pelo **PREÇO GLOBAL**, sagrando-se vencedora a empresa licitante que ofertar o menor lance **GLOBAL**.

10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. O sistema, automaticamente, assegurará às microempresas e às empresas de pequeno porte a preferência de desempate quando o preço por elas ofertados forem iguais ou até 5% superiores ao melhor preço registrado por empresa que não se encontre nesta caracterização (art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006).

10.1.1. Neste caso, após o encerramento dos lances, o sistema concederá o prazo de 5 (cinco) minutos para a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, sob pena de preclusão.

10.1.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo acima informado (5%), o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.2. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 45, §2º da Lei Complementar nº 123/2006).

10.3. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11. DA CLASSIFICAÇÃO, JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços globais, e os unitários, excessivos, simbólicos, irrisórios ou zerados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

11.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5. O pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas neste Edital e Termo de Referência, pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

11.5.1. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, §2º da Lei 8.666/93, assegurando-se a preferência. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

11.6. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.7. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

11.8. A simples irregularidade formal que evidencie lapso isento da má-fé e que não afete o conteúdo da proposta, não será causa de desclassificação.

11.8.1. O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

11.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA

12.1. Encerrada a etapa de lances, a proposta do licitante vencedor contendo o preço e as especificações detalhadas do objeto licitado, deverá ser formulada e enviada, devidamente atualizada em conformidade com o último lance ofertado e, quando for o caso, o preço negociado, no prazo de **02h00min** (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, podendo ser prorrogáveis por igual período a pedido do licitante ou a critério do pregoeiro, por meio do anexo do sistema ou pelo e-mail licitacao@defensoria.pa.def.br. A proposta original e os demais documentos que a integram deverão ser enviados no prazo máximo de **48h00min** (quarenta e oito) horas úteis, para o endereço abaixo, aos cuidados do (a) Pregoeiro:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2022-DPE/PA
Rua Padre Prudêncio, 154 – CAMPINA – BELÉM / PARÁ - CEP: 66.019-050
A/C PREGOEIRO

12.2. Caso o Pregoeiro entenda que a documentação anexada ao sistema venha a suprir, ele poderá dispensar o envio de documentos de forma física, observando que as propostas em sua forma eletrônica devem conter assinatura com certificação digital, garantindo sua autenticidade, a integridade e a validade jurídica, como prever o Art. 10 da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 e o art. 5º, § 1º, inciso I da Lei nº 14.063/2020.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

13.1.1. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em quaisquer das unidades de cadastramento dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, localizadas nas Unidades da Federação, conforme o previsto no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001.

13.2. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, encaminhando-os através da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet em conjunto com a proposta e no prazo indicados no item 12.1.

13.3. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante vencedor deve encaminhar ao pregoeiro os seguintes documentos:

13.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.3.1.1. Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, comprovando que a licitante exerce atividade pertinente com o objeto do presente Pregão. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

13.3.1.2. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso das sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

13.3.1.3. Decreto de Autorização, em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.3.2.1. Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

13.3.2.2. Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda.

13.3.2.3. Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS).

13.3.2.4. Certificado de Regularidade de situação do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

13.3.2.5. Certidão Negativa da Fazenda Municipal, expedida por Órgão municipal competente.

13.3.2.6. Certidão Negativa da Fazenda Estadual, expedida por Órgão estadual competente.

13.3.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

13.3.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

13.3.3.1. No mínimo, um atestado/declaração de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante prestado o serviço descrito neste Edital.

13.3.3.2. Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) atestando a regularidade da licitante para operar no mercado de segurador brasileiro no ramo de seguro contra acidentes.

13.3.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.3.4.1. Certidão Negativa expedida pelo Cartório Distribuidor de Falência e Concordata, do local da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão;

13.3.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

13.3.4.3. A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}$
--

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

13.3.4.4. A licitante que apresentar índices econômicos igual ou inferior a 1 (um) em quaisquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devendo tal comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da Lei, admitida à atualização através de índices oficiais (artigo 31, § 3º da Lei nº 8.666/93);

13.3.4.4.1. O balanço deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

13.3.4.4.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

13.3.5. Declaração do proponente de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em atendimento ao preceito da CF/88, art. 7º, XXXIII e à Lei nº 9. 854/99, conforme o modelo existente e disponível no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

13.3.6. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme o modelo existente e disponível no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

13.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.6. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.7. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.8. Os documentos exigidos deverão, preferencialmente, ser relacionados, separados, colecionados e numerados na ordem estabelecida neste edital.

13.9. Caso haja alguma documentação vencida, cassada ou inexistente no SICAF o Pregoeiro pesquisará junto ao site oficial do órgão emissor da documentação e na sua impossibilidade solicitará o envio por parte do licitante para o e-mail licitacao@defensoria.pa.def.br, assinando prazo máximo de 2 (duas) hora para cumprimento da diligência por parte do licitante, sob pena de inabilitação.

13.10. O Pregoeiro poderá fazer averiguações nos sites oficiais mantidos na Internet por órgãos públicos acerca de requisitos a serem cumpridos pelos licitantes, tanto com relação à veracidade da Proposta de Preços e seus anexos, quanto aos requisitos de habilitação, valendo os resultados das consultas como meio legal de prova para tomada de decisões.

13.11. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL** e atender às exigências fixadas neste edital.

13.12. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.13. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

13.14. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor, feita pelo (a) Pregoeiro (a), ficará sujeita à homologação do Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar a sua intenção de recorrer.

14.2. Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as suas razões, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

14.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.7. Os recursos porventura interpostos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no portal www.gov.br/compras.

14.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, localizada na Rua Padre Prudêncio, nº. 154, 2º andar – CLCC, Campina, Belém – Pará, no horário local de 9h às 14h de segunda a sexta-feira.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver interposição de recurso, e pela autoridade superior quando da existência de recurso.

15.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar a sua intenção de recorrer, a qual será avaliada pelo pregoeiro.

16.2. Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso que for acolhido pelo pregoeiro, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as suas razões, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

16.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.7. Os recursos porventura interpostos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no portal www.comprasgovernamentais.gov.br.

16.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, localizada na Travessa Padre Prudêncio nº. 154, 2º andar – CLCC, Campina, Belém – Pará, no horário de 8h00min às 14h00min de segunda a sexta-feira.

17. DOS RECURSOS FINANCEIROS

17.1. Os recursos financeiros para atender às despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de dotação orçamentária da Defensoria Pública do Estado do Pará, de acordo com a classificação a seguir:

- a) **Atividade: 03.128.1492.8740**
- b) **Elemento de Despesa: 339039**
- c) **Fonte: 0101**
- d) **Plano Interno (PI): 1050008740C**
- e) **GP Pará: 273759**

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.1. O Contrato será firmado com a licitante vencedora e terá como base os dispositivos deste Instrumento Convocatório, na proposta apresentada e na legislação vigente, conforme Minuta do Contrato (Anexo III), com vigência de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, condicionada a manutenção de condições e preços mais vantajosos para a Administração.

18.2. Após regular convocação por parte da Defensoria Pública do Estado do Pará, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente.

18.3. O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pela Defensoria Pública do Estado do Pará.

18.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação.

18.5. As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na Minuta de Contrato (Anexo III) que faz parte integrante deste edital.

18.6. Desde que haja conveniência para a Administração, novas cláusulas poderão ser incluídas além das que a minuta contratual indica, a critério da contratante, desde que aceite tácita ou expressamente pelo adjudicatário e que não modifique o objeto licitado.

18.7. A contratação resultante do objeto deste edital reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será creditado em favor do fornecedor mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme dispõe o Decreto nº

877 de 31 de março de 2008, ressalvados os casos dispostos na Instrução Normativa nº 0018 de 21 de maio de 2008 da Secretaria de Estado da Fazenda publicada no DOE nº 31.174, de 23 de maio de 2008.

19.2. A fatura/nota fiscal deverá sempre ser devidamente atestada acerca da(s) devida(s) prestação (ões) do(s) serviço(s) pela Fiscalização.

19.3. O valor da fatura/nota fiscal terá por fundamento o Contrato formalizado, considerando para efeito de cálculo do valor devido o preço em real (R\$), proposto pelo CONTRATADO para o serviço prestado.

19.4. Não havendo documentos a regularizar, o pagamento será processado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal.

19.5. Caso ocorra atraso no pagamento da fatura, por esta estar em desacordo com as exigências contratadas, o prazo referido no subitem anterior começará a contar a partir da regularização da mesma.

19.6. As faturas emitidas para pagamento deverão conter somente as despesas relativas à prestação dos serviços objeto deste Instrumento;

19.6.1. As faturas que apresentarem outras despesas relativas a serviços que não sejam o objeto desta contratação serão devolvidas para fins de regularização, interrompendo, portanto, o prazo de que trata o subitem 18.4.

19.6.2. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Estadual, ao INSS e ao FGTS apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

19.6.3. A DEFENSORIA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas e indenizações devidas pelo CONTRATADO, de acordo com os termos do contrato.

19.6.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização e compensação financeira devida pela DEFENSORIA, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (T/100)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19.7. A atualização e compensação de que trata esse item será incluída na fatura/nota fiscal / conhecimento de transporte seguinte ao da ocorrência.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração da Defensoria Pública do Estado do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência que será aplicada por ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante análise da Administração.

20.1.2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e/ou descumprimento das obrigações parciais estabelecidas neste instrumento, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

20.1.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Defensoria Pública.

20.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, na hipótese em que a conduta da licitante quando da execução dos serviços associa-se à prática de ilícito penal.

20.2. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

20.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital.

20.2.2. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato.

20.2.3. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.

20.2.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão Eletrônico.

20.2.5. Não manter a proposta, injustificadamente.

19.2.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.

20.2.7. Comportar-se de modo inidôneo.

20.2.8. Cometer fraude fiscal.

20.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito à ampla e prévia defesa.

20.4. Da aplicação das penalidades caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-la subir devidamente informada.

20.5. As sanções previstas no subitem 20.1 poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Edital convocatório.

20.6. Na ausência/insuficiência de garantia e de créditos para desconto das multas, e se estas não forem recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as multas aplicadas serão cobradas judicialmente.

20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta do Contrato (Anexo) e no Termo de Referência Anexo I do Edital.

21.2. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos na Lei nº 8.666/93.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

22.3. A critério da Defensoria Pública do Estado do Pará, a presente licitação poderá ser:

22.3.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração.

22.3.2. Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

22.3.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.3.3.1. A anulação do Pregão induz à da Ata de Registro de Preços.

22.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidades previstas na legislação pertinente.

22.5. As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente.

22.6. A contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluirá o dia do início e incluirá o do vencimento. No caso do início ou vencimento do prazo recair em dia em que não haja expediente na Defensoria Pública do estado do Pará, o termo inicial ou final se dará no primeiro dia útil subsequente.

22.7. Incorre em crime aquele que impedir, perturbar, descumprir prazos exigidos pelo edital e pela legislação ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se às penalidades e sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, sem prejuízo das sanções previstas nas demais legislações pertinentes que estejam em vigor.

22.8. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

22.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

22.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto na Lei Estadual nº 6.474/2002, no Decreto Estadual nº 534/2020, no Decreto Estadual nº 967, de 14/05/2008, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993, e demais normas vigentes que regulam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico e subsidiariamente pela Lei nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

23. DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro da cidade de Belém/PA, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Edital, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém/PA, 10 de novembro de 2022.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA
PROCESSO N.º 2022/1030765

1. OBJETO

Processo Licitatório tem por objeto a Contratação de Empresa para Prestação de **SERVICO DE COBERTURA SECURITÁRIA** (seguro) de risco de acidentes pessoais de 550 (quinhentos e cinquenta) estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará, de acordo com as especificações e quantidades e demais condições constantes neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se de serviço essencial para o cumprimento do que preceitua a norma contida nos termos do art. 9º, Inciso IV da Lei nº 11.788/08, tendo em vista cumprir o disposto no **Processo 2022/1030765**, contratar em favor dos estagiários suguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso dos estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará.

3. ESPECIFICAÇÃO

3.1 - DA COBERTURA DO SEGURO DA APÓLICE

A CONTRATADA emitirá APÓLICE de Seguro de Vida em Grupo aos estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará, no período de 1 (um) ano, abrangendo os seguintes eventos:

- a) MORTE POR ACIDENTE** – Garante aos beneficiários do segurado o pagamento do valor do capital contratado;
- b) INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE** – No caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A reposição do capital seguro restante será automática, após cada acidente;

3.2 – DO VALOR DO PRÊMIO

A proposta deverá ser apresentada conforme demonstrativo abaixo:

NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS: 550 (quinhentos e cinquenta)

PRÊMIO INDIVIDUAL: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano

Os preços apresentados deverão incluir seguros, taxas e demais encargos livres de ônus adicionais de qualquer natureza;

Os valores globais, bem como as parcelas mensais poderão ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de estagiários da DP/PA.

3.3 – DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS

- a)** A cobertura do seguro será para estagiários com idades compreendidas na faixa etária entre 16 e 70 anos.

- b) A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo os riscos relativos às atividades profissionais e extraprofissionais, ocorridos nos municípios do Estado do Pará.
- c) A seguradora possibilitará a inclusão de novos estagiários no decorrer da vigência da APÓLICE, sem custo adicional, garantindo a cobertura a partir da data de admissão na Defensoria Pública do Estado do Pará, limitando-se a 550 (quinhentos e cinquenta) estagiários, conforme consta do objeto deste Termo de Referência.
- d) A seguradora também possibilitará a exclusão de estagiários, a qualquer tempo, durante o período de duração da APÓLICE.
- e) O recolhimento de documentos relativos à inclusão e exclusão de estagiários será efetuado por parte da Seguradora, que manterá atualizada a listagem dos segurados,

4 – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

- a) O objeto se caracterizará pela contratação coletiva empresarial de cobertura de seguro de vida em grupo aos estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará, além daqueles que venham a ingressar posteriormente no seu Programa de Estágios.
- b) A Seguradora disponibilizará cópia da apólice do seguro de vida a todos os segurados; contendo número do certificado, capital segurado, data do início do risco, nomes do Estipulante e do segurado e menção à Cláusula Beneficiária, de conformidade com a legislação vigente.
- c) **A Seguradora disponibilizará canal de comunicação aos gestores do CONTRATANTE bem como aos segurados, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, com telefone 0800 ou outros meios de comunicação imediata (telefone e internet) para formação/esclarecimento/comunicação de condições contratuais e eventos sinistros.**
- d) A seguradora responderá a qualquer solicitação feita pela CONTRATANTE por meio de ofícios devidamente registrados pela CONTRATADA até 5 (cinco) dias úteis a contar com a data da solicitação.

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a) Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após o correspondente pagamento; garantindo o pagamento de uma indenização aos Segurados ou a seus beneficiários até o valor das importâncias seguradas; de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- b) Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importância seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, modificações que produzam durante a vigência do seguro, alterado por meio do endosso;
- c) Permanecer como única e total responsável perante o CONTRATANTE inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;
- d) Enviar mensalmente para a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará relação com as vidas asseguradas dos estagiários da DP/PA;
- e) Enviar mensalmente a fatura com antecedência mínima de 15 dias do vencimento;
- f) Executar os serviços conforme especificações no termo de Referência e de sua Proposta;

- g) Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetivados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- h) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- i) Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- j) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Cumprir todas as normas e condições estabelecidas;
- b) Assegurar à CONTRATADA o pronto pagamento do prêmio do seguro;
- c) Informar a CONTRATADA, por meio eletrônico, relação completa dos estagiários contendo nome completo, CPF, data do nascimento e data de admissão dos mesmos, quando do envio da nota de empenho que trata o item 11.
- d) Informar a CONTRATADA sempre que houver inclusão /exclusão de estagiários;
- e) Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à cobertura dos seguros pretendidos.

7 – DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO

A inclusão e exclusão dos segurados serão processadas mensalmente, a qual caberá a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, encaminhar por meio eletrônico, relação contendo nome completo, CPF, data do nascimento e data de admissão dos Estagiários vinculados à DP/PA.

8 – DO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço de seguro de vida para os estagiários da DP/PA será prestado em todos os Núcleos Setoriais, Especializados e Regionais da Defensoria Pública do Estado do Pará.

O domicílio do CONTRATANTE será Travessa Padre Prudêncio, nº 154 - Bairro do Comércio – Belém/PA, CEP 66.019-080.

9 – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, nos termos do contrato celebrado entre as partes, da apresentação pela CONTRATADA da Nota Fiscal e Fatura discriminativa, que será conferida e aprovada pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, mediante ATESTO emitido pela Diretoria.

Nenhum pagamento será efetuado, enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

10 – DA ENTREGA DAS APÓLICES

As apólices de seguro deverão ser entregues à Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, sito à Travessa Padre Prudêncio, nº 154 – 4º andar, bairro do Campina, Belém/PA, CEP: 66.019-080.

11 – DO PRAZO PARA O PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO AOS BENEFICIÁRIOS

Na eventual ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do prêmio aos beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da efetiva entrega da documentação necessária à execução pela CONTRATANTE.

12 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica será comprovada mediante:

- a) Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação.
- b) Prova de regularidade, emitida pelo Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, que ateste estar o licitante em dia com suas obrigações perante aquele órgão.
- c) Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados –SUSEP que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

13 – FISCALIZAÇÃO

No que diz respeito aos fins previstos no art. 67 da Lei nº 8.666/93, será oportunamente designado servidor (es) para representar(em) a Administração no exercício do dever de acompanhar e **fiscalizar a execução do presente contrato.**

Belém, 12 de agosto de 2022.

Dayse Figueiredo
Técnica de Defensoria Pública

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA
PROCESSO N.º 2022/1030765

À
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA

Nesta,

Apresentamos nossa proposta comercial para o objeto do presente Pregão. O prazo de validade da nossa proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data da entrega das propostas. Declaramos expressamente, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades para serviço(s) contratado(s). Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a cumprir o prazo determinado para a Contratação de Empresa para Prestação dos Serviços de Cobertura Securitária (seguro) para Assegurar Vidas Limitadas a 550 (quinhentos e cinquenta) estagiários Vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará, de acordo com as especificações e quantidades e demais condições constantes no Termo de Referência, assumindo responsabilidade pela qualidade dos mesmos e, para esse fim fornecemos os seguintes dados:

1.-DADOS DA EMPRESA			
1.1.-Razão Social:-	1.4.-Telefone/Fax:-	Email:-	
1.2.-Endereço:-	1.5.-CEP:-	Cidade:-	Estado:-
1.3.-CNPJ/MF nº :-	1.6.-Banco:-	Agência:-	Contas
2.-REPRESENTANTE LEGAL			
2.1.-Nome:-	2.5.-Carteira de Identidade nº:-		Emissor:-
2.2.-Endereço:-	2.6.-CPF:-		
2.3.-CEP:-	Cidade:-	Estado:-	2.7.-Naturalidade:-
			Estado:-

Unidade	Quantidade	Preço unitário	Valor Total (mês)
Seguro	550 vidas	R\$	R\$
		Preço unitário Mensal	Valor Total Mensal
		R\$	R\$
	Preço unitário Anual	Valor Total Anual	
	R\$	R\$	

Dados Bancários:

Valor Global por extenso: _____

Belém, de _____ de 2022.

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III
CONTRATO Nº 0XX/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA
PROCESSO N.º 2022/1030765

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARÁ E _____.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**, criada pela Lei Complementar Estadual nº13/93 e reorganizada pela Lei Complementar Estadual 054/2006 de 07 de fevereiro de 2006, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.639.526/0001-38, com sede na Travessa Padre Prudêncio, nº. 154, Centro, CEP. 66.019-080 em Belém/PA, neste ato devidamente representada pelo Defensor Público Geral, **Dr. JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade 00000 - PC/PA, CPF/MF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado nesta cidade de Belém, no uso de sua competência que lhe foi atribuída pela Lei Complementar Estadual nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, doravante denominada de **CONTRATANTE** ou **DEFENSORIA PÚBLICA**, e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ estabelecida no município de _____/UF __, sediada em (endereço), CEP. _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade n.º _____/órgão emissor/UF__e do CPF/MF n.º _____, residente e domiciliado na (endereço), _____/UF_, tendo em vista o que consta no Processo nº 2022/1030765 em observância da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, Leis Estaduais nº 5.416, de 11 de dezembro de 1987 e 6.474, de 6 de agosto de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1. Processo Licitatório tem por objeto a Contratação de Empresa para Prestação de **SERVICO DE COBERTURA SECURITÁRIA** (seguro) de risco de acidentes pessoais de 550 (quinhentos e cinquenta) estagiários vinculados à Defensoria Pública do Estado do Pará, de acordo com as especificações e quantidades e demais condições constantes no Termo de Referência , Anexo I deste edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA**.

1.2. O presente Contrato será executado de forma indireta nos termos da Lei nº 8.666/93.

1.3. A inclusão e exclusão dos segurados serão processadas mensalmente, a qual caberá a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, encaminhar por meio eletrônico, relação contendo nome completo, CPF, data do nascimento e data de admissão dos Estagiários vinculados à DP/PA.

1.4. O serviço de seguro de vida para os estagiários da DP/PA será prestado em todos os Núcleos Setoriais, Especializados e Regionais da Defensoria Pública do Estado do Pará.

O domicílio do CONTRATANTE será a Travessa Padre Prudêncio, nº 154 - Bairro do Campina – Belém/PA, CEP 66.019-080.

1.5. O seguro deverá cobrir:

15.1. Morte acidental no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

1.5.2. Invalidez permanente total ou parcial por acidente no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E PROPOSTA:

2.1. Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA**, com o Termo de Referência e Anexos, contidos no Processo nº 2022/1030765, do qual é parte integrante e da PROPOSTA da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS:

3.1. O presente contrato tem como fundamento legal o Processo nº 2022/1030765, o Edital e os anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-DPE/PA** tudo em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 Lei Estadual nº 5.416/ 1987 e nº 6.474/ 2002, com aplicação supletiva da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, assim como pela Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 4.1.** Fornecer as informações necessárias solicitadas pela CONTRATADA;
- 4.2.** Efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado;
- 4.3.** Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 5.1.** Fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização do seguro;
- 5.2.** Prestar a cobertura do seguro, no período de vigência deste contrato, durante 24 horas do dia e por todo Globo Terrestre.
- 5.3.** Proceder ao pagamento da indenização em até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da documentação completa do beneficiário.
- 5.4.** Emitir as apólices de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do contrato;
- 5.5.** Executar os serviços conforme especificações no termo de Referência e de sua Proposta;
- 5.6.** Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetivados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- 5.7.** Responsabilizarem-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 5.8.** Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 5.9.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA:

6.1. O presente Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado/renovado, por interesse faz partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 6.1.1.** Os serviços tenham sido prestados regularmente.
- 6.1.2.** A Administração mantenha interesse na realização do serviço.
- 6.1.3.** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.
- 6.1.4.** A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 6.1.5.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO: A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR:

7.1. O Valor anual do presente Contrato é de R\$ XX.XXX,XX (XXXXXX reais), e nele já estão inclusos todos e quaisquer serviços relacionados à prestação do seguro, que se fizerem necessários durante a vigência da apólice, todas as despesas e todos os encargos.

CLÁUSULA OITAVA- DO REAJUSTE:

8.1. O valor proposto e contratado será reajustado anualmente, contados da data de apresentação da proposta, mediante requerimento escrito da proponente, conforme a variação do INPC.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data do último reajuste ocorrido.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da Dotação Orçamentária da CONTRATANTE vigente para o exercício vigente, de acordo com a classificação a seguir:

- a) **Programa/Projeto/Atividade:**
- b) **Natureza da Despesa:**
- c) **Fonte:**
- d) **Plano Interno (PI):**
- e) **Gp Pará:**

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será efetuado mediante demonstração/atestação da efetiva prestação do serviço pelo fiscal do contrato, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura minuciosamente discriminada na Coordenação de Finanças – COFIN/DP-PA, conforme dispõe o artigo 5º da Lei nº 8.666/93.

10.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor, no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, Agência nº XXX, Conta Corrente nº XXXX**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do atesto na nota fiscal pelo FISCAL, o qual observará as especificações exigidas no contrato.

10.2.1. Pagamentos através de código de barra só poderão ser realizados caso a empresa possua convênio com o Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), uma vez que todos os pagamentos são realizados através do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios).

10.2.2. O pagamento será efetuado no prazo previsto no item 10.2 salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF.

10.2.3. O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ. Quando o prestador não possuir conta no Banpará, é realizada, pelo banco, a cobrança da taxa relativa a serviços bancários pela emissão de TED – Transferência Eletrônica, conforme Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008.

10.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá, ainda, apresentar juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

10.3.1. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;

10.3.2. Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;

10.3.3. Certificado de regularidade do FGTS – CRF;

10.3.4. Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

10.3.5. Certidão negativa de débitos com Fazenda Estadual;

10.3.6. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal.

10.4. Na hipótese de estarem os documentos discriminados nos subitens 10.3.1 a 10.3.6., com validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade em razão do atraso no pagamento.

10.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Defensoria Pública do Estado do Pará em favor da CONTRATADA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

10.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “Simples”, deverá apresentar, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e, também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de imposto naquela modalidade.

10.7. Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido no subitem 10.2, e desde que não haja culpa da ADJUDICADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, “c” da Lei 8.666/93 e suas alterações.

$EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (T/100)/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,0001644$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

11.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções da Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo;

11.2. Estará à contratada sujeita às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras elencadas na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, ou no presente Edital:

11.2.1. Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado na execução do serviço, calculada sobre o valor correspondente ao serviço não prestado, descontado diretamente da fatura pertinente ao pagamento devido, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.2. Na hipótese mencionada no item 11.2.1, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias, caracterizando o inadimplemento absoluto da obrigação, com lesão ao interesse público, devidamente caracterizado, ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança de multa;

11.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, devido à não execução do serviço conforme as especificações do edital, bem como penalidade de advertência;

11.2.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação em virtude da inexecução total do serviço, além da penalidade de rescisão;

11.2.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso não compareça para receber a respectiva nota de empenho ou assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizando, por esta conduta, o descumprimento total da obrigação assumida.

11.3. As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro do Estado, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos;

11.4. Prorrogações ocorridas em virtude de expressa concessão ou impedimento ocasionados pela Administração, de caso fortuito ou força maior não constituirão fundamentos para a sujeição da contratada à penalidade de multa;

11.5. A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1. No caso de descumprimento das condições estabelecidas por parte da CONTRATADA, ou o fizer fora das especificações e/ou condições avençadas, a contratante poderá rescindir o contrato e aplicar as disposições contidas na seção V do capítulo III da Lei 8.666/93.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à previa e ampla defesa, bem como, assegurado a rescisão amigável nos termos do art.79, II, da Lei nº 8.666/1993.

12.3. O Termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

12.3.1. Balanço dos serviços contratados já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetivados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1. Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção administrativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada à mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. A execução das obrigações contratuais integrantes deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor XXXXXXXX, matrícula funcional nº XXXXXX, da CONTRATANTE, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, com fins de atender o que determina os arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, da Lei estadual nº 5.416/1987 e da nº 6.474/ 2002, pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei n.º8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

16.1. Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65, da Lei nº8.666/93, com alterações posteriores.

16.2. No interesse da DEFENSORIA PÚBLICA, o objeto poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE:

17.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, conforme a previsão do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1. Quaisquer comunicações e/ou notificações relativas a este Contrato serão consideradas como recebidas pelo destinatário, para todos os efeitos legais, quando remetidas para os endereços deste instrumento.

18.2. O cancelamento de endereços para correspondência somente será válido quando outro seja indicado, o qual poderá ser utilizado com a mesma finalidade supra.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:

19.1. Para solução das questões decorrentes deste contrato, elege-se o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, renunciando desde já a **CONTRATADA**, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, por meio de seus respectivos representantes legais, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Belém, XX de XXXXXX de 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF nº

2. _____
CPF nº